



Comprovante de Publicação

Nº: 21651

Data/Hora Veiculação: 05/08/2014 16:31

Ato: LEI Nº 2.753/2014

Assunto: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2160/2010, DE 19 DE JANEIRO DE 2010

Tipo: Lei

Órgão 1: Prefeitura do Município

Ementa: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010.

Identificação: 3051/2014

Data Publicação : 06/08/2014

Completo

LEI Nº 2.753/2014 Súmula: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010. A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Fica incluído o inciso VII, alterado de Parágrafo Único para §1º, incluído o inciso VII no §1º e inclusos os § 2º e 3º no Art. 6º da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação: ?Art. 6º. (...) VII ? Lote mínimo. §1º. Para fins da presente lei os índices urbanísticos referidos nos incisos do presente artigo possuem as seguintes definições: (...) VII ? Lote mínimo ? área mínima do lote estabelecida para cada zona para o caso de parcelamento ou desmembramento do solo urbano. § 2º. Para terrenos já existentes cuja área do lote ou testada sejam inferiores aos estabelecidos para a zona, impossibilitando a implementação dos demais índices e parâmetros construtivos estabelecidos por esta lei e pela legislação urbanística em vigor, esses poderão sofrer adequações, mediante análise e deliberação do Conselho Municipal do Plano Diretor ou outro Conselho que venha a substituí-lo. § 3º. Todos os lotes de esquina e localizados nas zonas residenciais, comerciais e de serviços deverão ter um adicional de 5,00m (cinco metros) na sua testada menor e na zona industrial um adicional de 10,00 m (dez metros) na sua testada menor. ? Art. 2º. Ficam alterados os incisos V e XVIII do Art. 7º da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, que passam a vigorar com as seguintes redações: ?Art. 7º. (...) V. Área não computável ? são áreas construídas não consideradas para o cálculo do coeficiente de aproveitamento do terreno, correspondendo a: a) ático, conforme definição do Código de Obras e Posturas do Município de Araucária; b) sótão, conforme definição do Código de Obras e Posturas do Município de Araucária; Lei nº 2.753/2014 ? Pág. 2/11 c) área dos pavimentos situados em subsolo, destinada a estacionamento exclusivo da edificação; d) guarita até 6,00m² (seis metros quadrados), poço de elevador, escada enclausurada, central de gás, lixeira e pórtico/porta de acesso; e) sacadas, balcões ou varandas até o limite de 6,00m² (seis metros quadrados) por unidade imobiliária; f) área coberta de recreação e lazer exigida por lei; g) áreas ocupadas com caixa d'água, reservatório de água, subestação, barrilete, poço de elevador, casa de máquinas e pavimento técnico. (...) XVIII. Subsolo ? é o pavimento enterrado ou semi-enterrado desde que o piso do pavimento imediatamente superior (térreo) não fique acima da cota mais 1,20m (um metro e vinte centímetros) em relação ao nível do meio fio ou ao seu nível mediano, medido no eixo do lote. ? Art. 3º. Ficam incluídos os §§ 1º e 2º do Art. 8º da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, com as seguintes redações: ?Art. 8º. ... § 1º. A divisão em zonas será delimitada prioritariamente por ruas, logradouros públicos, acidentes topográficos, propriedades particulares e divisas de lotes, cabendo ao órgão municipal de urbanismo dar solução adequada para imóveis localizados em mais de uma zona em consonância com as diretrizes da lei do Plano Diretor e da legislação urbanística vigente. § 2º. Quando a divisão das zonas for delimitada por rua ou logradouro público, as zonas de maiores densidades e de usos mais intensos avançam um lote frontal do lado oposto da via, não podendo este ultrapassar 50% (cinquenta por cento) de profundidade da quadra frontal, devidamente subdivida e aprovada, limitado a 50,00m (cinquenta metros). ? Art. 4º. Fica incluído o inciso XXXII no Art. 14 da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, com a seguinte redação: ?Art. 14. (...) XXXII. Avenida dos Pinheirais. ? Art. 5º. Fica alterado o caput e incluído o §4º do Art. 15 da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, com as seguintes redações: ?Art. 15. Ficam definidos como Setor de Serviços os lotes com testada para a Rodovia PR 423, rodovia do Xisto BR 476, e ferrovia, até uma Lei nº 2.753/2014 ? Pág. 3/11 profundidade de 250,00m (duzentos e cinquenta metros) a partir da faixa de domínio, destinados à ocupação predominante de estabelecimentos industriais, comércio atacadista e serviços especializados. (...) §4º. Na PR 423 o limite dos 250,00m (duzentos e cinquenta metros) se inicia a partir da faixa de domínio do aqueduto. ? Art. 6º. Fica alterada a alínea f do inciso I, alteradas as alíneas b e c do inciso III e alterada a alínea b do inciso V do Art. 20 da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, com as seguintes redações: ?Art. 20. I. (...) f) Atividades Manufatureiras: Atividade que envolve a produção manual ou artesanal de bens com o uso de máquinas/equipamentos simples, desenvolvida pelo próprio morador com até 01 (um) empregado e que não necessite de coleta de lixo especial; (...) III. ... (...) b) Médio Porte: construções com área não superior a 400,00m² (quatrocentos metros quadrados); c) Grande Porte: construções com área superior a 400,00m² (quatrocentos metros quadrados). (...) V. ... (...) b) Permissíveis: Compreendem as atividades cujo grau de adequação à zona ou setor, ou às propriedades circunvizinhas, depende de um conjunto de fatores a serem analisados pelo município, sendo que a permissão ou impedimento, para cada caso, fica condicionado a prévio parecer dos órgãos envolvidos. Em caso de parecer favorável à permissão de atividades, o proprietário deverá celebrar com o órgão municipal de urbanismo um Termo de Conduta, em que o representante legal da empresa deverá assumir danos ou conflitos causados à circunvizinhança; (...) ? Art. 7º. Fica alterado o título da Seção II do Capítulo V da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, para a seguinte redação: Lei nº 2.753/2014 ? Pág. 4/11 ?Seção II Das Áreas de Preservação Permanente? Art. 8º. Fica alterado o artigo 27 da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, com a seguinte redação: ?Art. 27. Para o efeito de proteção dos recursos hídricos do Município, ficam definidas as faixas de preservação ao longo dos cursos de água ou fundos de vale, de acordo com a

Legislação Federal vigente relativa ao Código Florestal, Lei Federal nº 12.651/2012, de forma a garantir o perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas e preservação das áreas verdes. Art. 9º. Fica alterado o artigo 28 da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, para a seguinte redação: Art. 28. Para os efeitos desta Lei, entende-se por Área de Preservação Permanente ? APP, área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, em acordo com o Código Florestal. § 1º. São consideradas áreas de preservação permanente aquelas descritas no Art. 4º da Lei Federal nº 12.651/2012. § 2º. Os usos das áreas de preservação regulamentados pela Lei Federal nº 12.651/2012. ? permanentes estão Art. 10. Ficam alterados o caput e o Parágrafo Único do artigo 34 da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação: ?Art. 34. As áreas verdes urbanas devem ser cadastradas pelo órgão municipal de meio ambiente. Parágrafo Único. Considera-se área verde urbana os espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor de Araucária e em sua legislação urbanística integrante, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais. ? Art. 11. Fica alterado o caput do artigo e incluídos os §§ 4º e 5º no artigo 36 da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, com a seguinte redação: ?Art. 36. Os lotes com área superior a 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados) deverão manter no mínimo 20% (vinte por cento) de sua área total como área verde urbana. (...) Lei nº 2.753/2014 ? Pág. 5/11 § 4º O proprietário poderá indicar a área verde descrita no caput em outro terreno, dentro da área urbana onde se encontra o lote, que será analisada pelo órgão municipal de meio ambiente e caso aceita será exigida a averbação da restrição na Matrícula do imóvel. § 5º A área verde urbana não poderá ser doada à Prefeitura de Araucária, salvo em casos de interesse do poder público. § 6º Para os lotes com área superior a 5.000m² (cinco mil metros quadrados) que possuam 20% (vinte por cento) ou mais de área de preservação permanente ou área verde, a indicação da área verde descrita no caput deste artigo será dispensada. § 7º Para os lotes com área superior a 5.000m² (cinco mil metros quadrados) que possuam área de preservação permanente ou área verde com percentual inferior a 20% (vinte por cento), deverá haver complementação com área verde até o mínimo de 20% (vinte por cento) da área total do lote. ? Art. 12. Fica alterado o artigo 37 da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação: ?Art. 37. O corte, a exploração e supressão da vegetação primária ou em estágio médio ou avançado de regeneração deverá estar em consonância com o disposto na Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 007 de 2008 ou outra que venha a substituí-la. § 1º. Os parâmetros para classificação dos estágios sucessionais de vegetação, com finalidade de orientar os procedimentos de Licenciamento/Autorização, são definidas pela Resolução IBAMA/SEMA nº 02 de 1994 ou outra que venha a substituí-la. § 2º. Deverá ser exigido documento de responsabilidade técnica do Conselho Profissional pertinente. ? Art. 13. Fica alterado o artigo 39 da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação: ?Art. 39. Os limites entre as zonas e setores indicados no mapa de zoneamento anexo, parte integrante desta Lei, poderão ser ajustados, desde que haja parecer favorável dos órgãos municipais de planejamento, urbanismo e meio ambiente, quando pertinente, e aprovação do Conselho Municipal do Plano Diretor. Parágrafo único. Os ajustes referidos no caput do artigo serão efetuados quando verificada a necessidade de tal procedimento, com vistas à maior precisão dos limites ou para se obter melhor adequação no sítio onde se propuser a alteração, considerando-se as divisas dos imóveis, o sistema viário ou a ocorrência de elementos naturais e outros fatores condicionantes. ? Art. 14. O Anexo I da Lei Municipal nº 2160/2010, de 19 de janeiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação: Lei nº 2.753/2014 ? Pág. 6/11 ANEXO I ? LEI nº 2.160/2010 PARÂMETROS PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO Lote Zona (19) Mínimo (m²) Testada Mínima (m) Taxa de Coeficiente de Ocupação Taxa Perm. N° Máximo Recuo Mínimo Afastamento Aproveitamento Frontal (m) Mínimo Divisas (m) Máxima (%) Mínima (%) Mínimo Básico Máximo Pavimentos (17) 40% 50 Subsolo=(9) 25 Habitação unifamiliar _ 67 Subsolo=(9) 25 Habitacional, Comércio e Serviços Vicinais Atividades manufatureiras, Comércio e Serviços de Bairro Térreo=75 Demais=67 Subsolo=(9) 20 Habitacional, Atividade Manufatureira, Comércio e Comércio e Serviços Vicinais, Comércio e Serviços Gerais Serviço de Bairro, Recreação e Cultura 20 Habitacional, Atividade Manufatureira, Comércio e Comércio e Serviços Vicinais, Comércio e Serviços Gerais Serviço de Bairro, Recreação e Cultura 15 (12) Térreo e 1º pavimento=3m 50 podendo encostar em um das divisas Subsolo=(9) (16) Demais=h/6, sendo no mínimo 3m 25 Habitação unifamiliar, Habitação Comércio e Serviços Gerais, coletiva (13), Comércio e Serviço de Bairro, Comércio e Atividades Manufatureiras, Serviços Vicinais Indústria (pequeno e médio (13), Recreação portes) e Cultura, Industrial (grande porte) 15 (12) Todos os pavimentos=3m, 50 podendo encostar Subsolo=(9) em um das divisas (16) 25 _ _ (17) 0,5 (2) 1 5 ZR(5) 250 10 0,05 1 _ 2 5 ZR (6) 360 12 0,05 2 2,7 3 (7) 5 (8) ZC 360 12 0,05 4 6 6 (10) Térreo e 1º pavimento: dispensado Demais=5m 6 Térreo e 1º pavimento: dispensado Demais=5m Setor de Serviços (11) ZI (14) (15) ZAPA 360 1000 2000 12 15 20 0,05 0,05 0,05 4 (18) 1,5 _ _ _ Livre Livre Usos Permissíveis Recomposição Florística com espécies nativas, Recuperação de Áreas Degradadas, parques públicos (3), Pesquisa Científica, atividades ligadas à educação ambiental. ZPA (1) Eixos de Comércio e Serviço Usos Permitidos 1,5m Sem aberturas=0m ou 1m Com abertura=1,5m (16) Térreo e 1º pavimento: sem aberturas=0m ou 1m e com abertura=1,5m (16) Demais pavimentos=no mínimo de 2m Térreo e 1º pavimento: sem aberturas=0m ou 1m e com abertura=1,5m (16) Demais pavimentos=h/8, sendo no mínimo de 2m Térreo e 1º pavimento: sem aberturas =0m ou 1m com abertura=1,5m (16) Demais=h/8, sendo no mínimo de 2m Térreo=75 Demais=67 Subsolo=(9) Atividades Manufatureiras e Industrial, Comércio e Serviços Gerais Habitação unifamiliar (4) Comércio e Serviços de Bairro Conforme Decreto Estadual nº 5063/2001 ou outro que o complemente ou o substitua. Observação Geral: A implantação de equipamentos públicos comunitários em qualquer zona deverá considerar a Lei nº 2511/2012. Observações da tabela: (1) Não é permitido parcelamentos na ZPA. (2) Somente para transferência de potencial construtivo. (3) As áreas de acesso público deverão estar providas de infraestrutura sanitária adequada, sujeitas ao licenciamento ambiental. (4) Uma unidade habitacional por lote, quando o lote possuir área passível de ocupação, com parecer favorável dos órgãos municipais de urbanismo e meio ambiente. Lei nº 2.753/2014 ? Pág. 7/11 (5) Conforme Art. 7º da Lei nº 2162/2010. (6) Serão considerados usos tolerados atividades manufatureiras, industrial e comércio e serviços gerais na ZR, para empreendimentos aprovados para estes fins até 31 de dezembro de 2010, desde que não cause incômodo ou incompatibilidade com a vizinhança. (7) Poderá chegar a 04 (quatro) pavimentos com aplicação de transferência de potencial construtivo ou outorga onerosa do direito de construir. (8) As áreas construídas para controle de acesso aos conjuntos habitacionais, empresariais ou edifícios de habitação coletiva ou para serviços externos (como por exemplo: guaritas, pórticos, coberturas, central de gás, central de resíduos sólidos), podem ser implantadas no recuo mínimo frontal, limitadas a metragem de 50m² (cinquenta metros quadrados) de ocupação total, para a qual não incida indenização em caso de desapropriações por interesse público. Para guaritas, a área total máxima permitida é de 6,00m² (seis metros quadrados). (9) O subsolo poderá ser construído, desde que respeitada a taxa de permeabilidade mínima e o recuo frontal. (10) Poderá chegar a 08 (oito) pavimentos com aplicação de transferência de potencial construtivo ou outorga onerosa do direito de construir. (11) No Setor de Serviços, lotes com área inferior a 1.000,00m² (mil metros quadrados) e que a matrícula do imóvel seja anterior a promulgação da Lei nº 2160/2010, os critérios de ocupação serão definidos pelo CMPD. (12) As áreas construídas para controle de acesso à empresa ou para serviços externos (como por exemplo: guaritas, pórticos, coberturas, central de gás, central de resíduos sólidos, balanças), podem ser implantadas no recuo mínimo frontal, limitadas a metragem de 100m² de ocupação total, para a qual não incida indenização em caso de desapropriações por interesse público. (13) Usos permissíveis na área urbana, no limite da margem direita do Rio

